

VILAS RURAIS: UMA ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL PARA AMENIZAR A LUTA PELA TERRA

RURAL VILLAGES: A GOVERNMENT STRATEGY TO SOFTEN THE STRUGGLE FOR LAND

Áurea Andrade Viana de Andrade

Professora Assistente da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão/FECILCAM
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá
aureavgeo@yahoo.com.br

Elpídio Serra

Professor Adjunto da Universidade Estadual de Maringá
serraelpidio@gmail.com

Resumo

As transformações recentes no cenário agrário paranaense foram amplamente condicionadas pela articulação do Estado e capital e se intensificaram a partir da década de 1970. Esse processo foi associado à disseminação das culturas modernas da soja e do trigo, responsáveis pelo aumento do movimento migratório dos atores sociais. E, neste contexto, o Estado coloca as Vilas Rurais no cenário rural paranaense. O artigo apresenta elementos destes territórios, bem como uma discussão sobre as territorialidades nas Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Palavras-chave: Estado. Capital. Modernização agropecuária. Território. Vilas Rurais.

Abstract

The recent changes in agricultural landscape in Paraná were largely conditioned by the articulation of State and capital, intensified from the 1970s. This process was associated with the spread of modern cultures of soy and wheat responsible for the increase of the migratory movement of social actors. In this context the State puts the Vilas Rurais in the rural setting of Paraná. The paper presents elements of these territories, as well as a discussion of territoriality in Vilas Rurais of Campo Mourão's geographic micro region.

Keywords: State. Capital. Agricultural Modernization. Territory. Vilas Rurais.

Introdução

No século passado acompanhamos importantes transformações ocorridas no território brasileiro, condicionadas, em grande medida, pelas relações de poder do Estado e capital. Este poder manifestado por intermédio desses agentes organiza o

território, uma vez que controlam e dominam a população e os recursos naturais. Essas relações são visivelmente averiguadas, sobretudo nas últimas décadas no estado do Paraná, com o novo modelo de produção e de reprodução ampliada do capital que se intensificou com o avanço tecnológico, concomitante à disseminação das culturas mecanizadas. Tal evento condicionado em grande medida às políticas de Estado.

Na pesquisa abordamos o processo de desterritorialização movido pelo avanço das relações capitalistas no campo, sobretudo a partir da década de 1970. Neste período, as pequenas propriedades foram incorporando-se às médias e grandes propriedades, ocasionando a (re) estruturação fundiária. Entre as variáveis que explicam esta mudança, destacam-se: a erradicação dos cafezais, provocada pela política de Estado de desestímulo à cafeicultura, simultaneamente a superprodução ocasionando o desequilíbrio entre a oferta e a procura; o Estatuto do Trabalhador, que dificultou a relação empregado e empregador; as geadas constantes, especialmente a de 1975; a política do Estado ao incentivo à exportação de grãos (oleaginosas) em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno; em síntese, o que alguns autores denominam de modernização agropecuária.

Seguramente, as inovações tecnológicas, no Brasil, foram benéficas ao desenvolvimento da agricultura, o mesmo não ocorreu com a população do campo, em especial no estado do Paraná que registrou o maior índice de êxodo rural do país. Em síntese, a economia de escala provocou a expropriação e expulsão de milhares de trabalhadores rurais, isto é, a desterritorialização desses atores sociais.

É neste contexto, que o Estado coloca em 1995 as Vilas Rurais no cenário rural paranaense, implantando centenas de pequenos territórios, para garantir mão de obra aos donos dos meios de produção, bem como enfraquecer os movimentos sociais na luta pela terra.

Com objetivo de obter maiores informações sobre estes territórios apresentamos um estudo das territorialidades das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Para o desenvolvimento da pesquisa fizemos uso de abordagens teóricas e de estudos empíricos que efetivamos em dois momentos. No primeiro, fundamentamos a análise nas abordagens e concepções de território, bem como dos seus desdobramentos.

Utilizamos a discussão do caráter relacional do território, ou seja, a interação e relações de poder, redes de circulação e comunicação, dominação de recursos naturais.

No segundo momento, tratamos do universo da pesquisa empírica que abrange 28 Vilas Rurais da microrregião. Utilizamos do critério de amostragem intencional que se considerou representativo para este estudo, 20% de todas as famílias das Vilas na região. Perfazendo um total de 219 questionários.

Uma vez selecionada a área e o número de pessoas para a análise, se fez necessário à elaboração de identificação do objeto em estudo, em razão da pesquisa abarcar um expressivo número de Vilas. Assim, utilizamos a simbologia número (1, 2, 3,...) correspondente à denominação dos municípios; e as letras (a,b,c,...) correspondente as Vilas em cada município.

QUADRO 1 - Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão.

Cidade	Nome	Identificação Nº e letra	Nº de Habitação	Área (m ²)	Nº de Questionários	Data im pl an taç ão
Araruna	Andorinhas	1-a	28	189.439,56	5	02.10.2001
	Arara Azul	1-b	12	71.664,95	3	21.01.2000
	Sol Nascente	1-c	44	290.400,00	9	26.09.1997
Barbosa Ferraz	Beija Flor	2-a	24	169.400,00	5	09.06.2000
	Joaquim de Souza	2-b	33	278.580,00	7	04.12.1998
	Maria G. Virgínio	2-c	25	163.355,42	5	05.06.1996
	Nova Morada	2-d	46	363.000,00	9	31.10.1997
Campo Mourão	Pedro K. Júnior	3-a	49	348.000,00	10	13.10.1997
Corumbataí do Sul Engenheiro Beltrão	Novos Caminhos	4-a	38	290.400,00	8	31.10.1997
	Fca F. Borges	5-a	53	314.600,00	11	19.06.1996
	Portal do Sol	5-b	37	227.408,99	7	21.12.1999
Farol	N. S. Aparecida	6-a	39	273.176,00	8	25.07.1997
Fênix	Boa Esperança	7-a	26	146.410,00	5	18.12.1998
	Vale Verde	7-b	26	223.517,49	6	25.04.1997
Iretama	Cidade Nova	8-a	80	726.000,00	16	20.07.2001
	Colinas Verdes	8-b	44	484.000,00	9	06.07.2001
	Colméia	8-c	42	273.238,02	9	18.11.1998
	S. Rita de Cássia	8-d	27	196.262,00	5	17.04.2001
Luiziana	Novo Horizonte	9-a	23	168.841,00	6	14.12.1995
	Valinhos	9-b	63	475.681,61	13	13.03.2000
Mamborê	Alvorada	10-a	19	126.261,00	4	26.06.1998
Peabirú	Lary C. Razzolini	11-a	34	206.348,47	7	14.12.1995
Quinta do Sol	Judite Rodrigues	12-a	28	168.941,67	6	05.11.1999
	Sol N. p/ Todos	12-b	31	203.000,00	6	18.04.1997
Roncador	São João	13-a	34	281.484,68	7	05.06.1998
	União	13-b	31	242.000,00	6	05.06.1998
Terra Boa	Nova Jerusalém	14-a	78	484.000,00	16	30.07.1999
	Recanto Verde	14-b	53	338.800,00	11	05.12.1997
Total			1067	7.724.210,86	219	

Fonte: COHAPAR – Organização: Andrade.

A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio de análise de dados quantitativos e qualitativos, com base em indicadores socioeconômicos, colhidos *in loco*, entrevistas e depoimentos. Foram realizadas duas visitas para cada Vila Rural. As entrevistas tiveram início após o reconhecimento da área em estudo, utilizamos de técnicas e questionamento básico, procurando não induzir a resposta do entrevistado. Para melhor estruturação da pesquisa, elaboramos um questionário para diagnosticar as condições socioeconômicas das famílias, uma vez que se pretendia avaliar em que medida o projeto tem abrandado a condição de miséria dessas famílias, vítimas do progresso econômico.

O Estado na construção dos territórios

Nossa reflexão está centrada no conceito de território e seus correlatos, no Estado capitalista como um agente político e econômico do território. E sobremaneira, nas lutas de classes e as contradições que se manifestam nos territórios.

Essas lutas são visivelmente averiguadas quando observamos essas contradições que ocorrem no espaço rural paranaense, especialmente à microrregião geográfica de Campo Mourão que é constituída de grandes proprietários de terras, que se constituem em empresas rurais, cooperativas de produção agropecuária – agronegócio -. Por outro lado, também se concentra um número significativo de assentados e acampados sem terras, bem como ‘vileiros’ que foram territorializados pelo governo nas Vilas Rurais para atender o agronegócio, servir como exército de reservas para as agroindústrias e empresas rurais, uma vez que os trabalhadores rurais volantes, os ‘boias frias’, assim denominados, já estavam em número reduzido na região, por conta dos avanços tecnológicos no campo e do predomínio das culturas mecanizadas, soja e milho.

Essa complexidade de territórios existente no espaço rural da região em estudo nos conduziu a realizar uma reflexão dos postulados do conceito de território e de seus correlatos, sobretudo, para compreender a origem, formação e desenvolvimento dos territórios das Vilas Rurais.

As discussões pertinentes ao território e de seus derivados na ciência geográfica tem-se fortalecido nas últimas décadas, sobretudo na perspectiva multidimensional e multiescalar. Contrariando a ideia inicial do conceito dimensional realizado desde o século XIX, pelo geógrafo alemão Frederic Ratzel, cujo entendimento de território

estava vinculado à área e apropriação de recursos naturais. Do mesmo modo, sua ideia estava centrada no referencial político do Estado, ou seja, este era considerado o único *locus* de poder.

Para Moraes (2008, p. 53) discutir os territórios contemporâneos é discutir os “espaços exercício do poder estatal principalmente”. Claro que está se referindo aos “Estados territoriais” de Ratzel. Moraes, não trabalha a visão antropológica do território, isto é, o espaço identitário e cultural. Porém, enfatiza a importância da recuperação histórica da formação dos territórios, “num resgate retrospectivo dos processos que levaram à conformação das áreas de dominação estatal”. Quando Moraes (2008) enfatiza o Estado, não significa que seu entendimento é reduzido à concepção de Ratzel. Ele enfatiza a importância do Estado na formação dos territórios, desde a base da formação do Estado Moderno.

Recentemente, com a retomada dos estudos de geografia política e de geopolítica, o conceito de território voltou a ser utilizado, porém com uma nova leitura.

Para Santos (2000, p. 22), o território em si, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para análise social quando consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam.

Andrade (1995, p. 19), em sua obra “Questão do Território no Brasil”, aborda que, em meados do século XX, François Perroux chamava a atenção para que as empresas motrizes, controlando instalações e explorando nas áreas mais diversas do globo, eram muitas vezes mais importantes que as nações e os próprios Estados. Este fato é comprovado hoje com o processo de globalização da economia que faz diminuir a importância política e a soberania dos Estados.

Neste sentido, Santos (2000) ressalva que a globalização amplia a importância desse conceito. Em parte, por causa da competitividade, cujo exercício, levado a uma busca desesperada de uma maior produtividade dependendo de condições oferecidas nos lugares do consumo. Há lugares mais apropriados para aumentar o lucro de alguns, em detrimento de outros. Isso só foi possível porque os lugares e o mundo tornaram-se conhecidos. Portanto:

A globalização re-valoriza os lugares – de acordo com que podem oferecer às empresas – potencializando a competitividade. Entre o território tal como ele é a globalização tal como ela cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos (SANTOS, 2000, p. 22).

Para Andrade (1995, p. 20), a formação de um território gera às pessoas que nele habitam a consciência de participação, provocando um sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. Em síntese, a territorialidade é um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social (Estado, grupos sociais, empresas). Há também a perda desse território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições sociais, isto é, a desterritorialização. Contudo, com a desterritorialização surgem novos territórios e novas territorialidades.

De acordo com Moraes (2008), sobre o território, ainda cabem algumas considerações no que tange ao seu significado.

cabem algumas palavras sobre o próprio conceito de território e de sua utilização em detrimento de outros mais usuais na literatura geográfica, como hábitat, região ou área. Sua escolha recai no atributo de ser o uso social o seu elemento definidor. Em outros termos, é a própria apropriação que qualifica uma porção de Terra como um território. Logo esse conceito é impossível de ser formulado sem o recurso a um grupo social que ocupa e explora aquele espaço, o território – nesse sentido – inexistindo enquanto realidade apenas natural. (MORAES, 2008, p. 45).

Na verdade, esse debate é muito complexo e, dado as limitações de nosso estudo, desejamos aqui, apenas apresentar em linhas gerais a questão da identificação do conceito de território e seus correlatos.

Segundo Raffestin (1993), historicamente as sociedades se territorializam, desterritorializam e reterritorializam, numa sucessão de diferentes territorialidades, materiais e imateriais. Na territorialização há limites, ajuste e distinção. Porém, a desterritorialização é provocada, especialmente, pelas inovações e sua difusão (SAQUET, 2007).

Como afirma Saquet, o território resulta das relações sociedade/natureza e é condição para a reprodução social; campo de forças historicamente determinadas. Assim, o autor sintetiza que o território é produto e condição da territorialização. Os territórios são produzidos espaço-temporalmente pelo exercício do poder, por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas. As territorialidades são, simultaneamente, resultado e condicionantes da territorialização e

do território. Além disso, as forças econômicas, políticas e culturais também determinam a desterritorialização e a reterritorialização.

O território é resultado das territorialidades tecidas pelos homens, é manifestação de poder, onde se distinguem os poderes: o Poder do Estado e o dos diversos poderes presentes na sociedade. O poder formalizado pelo Estado, por meio de instituições e aparelhos que garantem a sujeição dos indivíduos, é mais visível. Já os diversos poderes, inerentes a todas as relações, é mais difícil ser apreendido.

A questão do Estado é muito complexa, porém efetivamos uma discussão de Estado enquanto agente de classes, defensor e organizador dos interesses da classe dominante. Sua articulação com o capital, resultando em profunda influência nas relações sociais, em síntese nas relações de poder, nas territorialidades e na efetivação de territórios.

Queremos deixar claro que não consideramos o Estado como agente centralizador, o único agente de poder dos territórios, comungamos em parte do pensamento de Iná Elias de Castro (2009, p. 78) de que o “Estado não deixou de ser capaz de engendrar ações que afetam profundamente o espaço, para dentro e para fora dos seus limites territoriais”. Desse modo, discutimos a concepção de Estado, sobretudo fundamentado nos pressupostos de Poulantzas, a relação de poder na perspectiva relacional, as contradições e a lutas de classes.

Abordar a temática Estado e território, ainda que de modo sucinto, se faz necessário, mesmo esta se consistindo em uma questão secular na Geografia. Assim, nos limitamos às considerações sobre o entrelaçamento desses dois conceitos e principalmente o papel do Estado nas territorialidades.

Mas afinal, a quem serve o Estado? Qual a sua relação com as classes dominantes? E com as dominadas, há uma relação? É oportuno lembrar que o Estado em sua exterioridade se apresenta em defesa do povo, porém sua gênese é arraigada à burguesia. Nesse sentido, discutimos a natureza contraditória do Estado, visto que por um lado se trata de um instrumento burguês, do outro lado faz defesa da população menos favorecida.

Sobre esta questão são oportunas as considerações de Poulantzas (1977) que enfatiza essa contradição, ou seja, aborda que uma das características do Estado capitalista é a defesa dos interesses das classes dominadas. Essa decorre da “autonomia

específica, nas formações capitalistas, da luta política e da luta econômica, do poder político e do poder econômico” (POULANTZAS, 1977, p. 185).

É exatamente para assegurar os interesses da classe dominante que o Estado precisa manter uma aparência de legitimidade, de representatividade, neutralidade.

A segunda defesa de Poulantzas encontra-se no contexto da luta de classes, de tal modo, que passa a considerar o movimento dialético da aparente autonomia e as contradições, ou seja, admite a existência da luta de classes no bojo dos aparelhos do Estado.

Segundo Carnoy (1986), Poulantzas explica que os aparelhos de Estado materializam e condensam as relações de classe, de uma forma ou de outra, procuram representar os interesses da classe dominante. Do mesmo modo, argumenta que o Estado independente do estágio do capitalismo (concorrencial ou monopolista) está separado da estrutura econômica, assim assegura uma aparência de autonomia.

De acordo com Poulantzas (2000), para discutir teoricamente o caráter científico do Estado capitalista se faz necessário, efetivamente, explicar e analisar “a reprodução e as transformações históricas de seu objeto, nos lugares em que essas transformações estão ocorrendo, nas diversas formações sociais, lugares de luta de classe”, (POULANTZAS, 2000, p. 23). Em síntese, a teoria de Estado não pode ser desvinculada da história de sua constituição e da sua reprodução.

Poulantzas (2000) nos chama atenção para não considerarmos o Estado como simples apêndice do econômico. “A relação do Estado e da economia se converteria, no máximo, na famosa ‘ação retroativa’ do Estado sobre uma base econômica, considerada no essencial como auto-suficiente. Trata-se aí da concepção economicista-mecanicista tradicional do Estado”. (POULANTZAS, 2000, p. 14).

Em resumo, as discussões são necessárias para compreensão dos problemas agrários na dinâmica territorial brasileira, visto que são resultantes da articulação do Estado e do capital, a começar pelo processo desencadeado pela implantação de inovações tecnológicas que permearam o setor agropecuário. Em síntese, os agentes do capital e Estado estimularam o processo produtivo, provocando a acumulação e a reprodução ampliada do capital, conseqüentemente, resultando em profundas implicações territoriais, bem como o surgimento de novos territórios a exemplo das Vilas Rurais paranaenses.

As Vilas Rurais paranaenses

No Paraná intensificaram-se em meados da década de 1990, os conflitos sociais no campo. O Estado para controlar os atores sociais, vítimas do processo de ‘modernização conservadora’ da agricultura, emprega a tática da política de proteção das oligarquias rurais e força manifesta de repressão estatal do militarismo, com os trabalhadores rurais, sem terra.

Nesta ocasião, o governo estadual também cria uma nova estratégia, a elaboração de projetos, para evitar novos integrantes às organizações dos trabalhadores sem terra, sem teto, bem como atenuar o movimento migratório campo/cidade, dos trabalhadores rurais (boias-frias), visto que algumas regiões do estado já apresentavam a falta desses trabalhadores. Ainda, em 1995, idealiza um projeto de ‘assentamento’, denominando-o de ‘Vila Rural’.

As intenções do governo com a implantação do projeto embutia, de um lado, o interesse em conter a incorporação de novos habitantes aos grandes centros urbanos, especialmente à capital Curitiba, que atingiu, nas últimas décadas, elevadas taxas de crescimento, ao passo que no estado, no mesmo período, registravam-se índices menos elevados de crescimento urbano.

Receber esse contingente que continuava a migrar campo/cidade demandava novos encargos, infraestrutura básica, habitação, saúde, educação e transportes. Dessa forma, acarretaria uma desestruturação na administração pública pela falta de uma infraestrutura já alocada ao plano diretor, uma vez que as condições (alegadas pelo governo) são ínfimas para atender as demandas. Por outro lado, o governo estava preocupado ao mesmo tempo com o patronato rural: uma das justificativas do programa estava centrada na falta de mão de obra no campo para atender alguns produtos da agricultura paranaense.

Embora existam explorações que utilizam farta mão-de-obra, como é o caso do algodão, da sericicultura e da citricultura, essas ocupações são na verdade, sazonais, e não têm sido capazes de evitar que essa mão-de-obra, fundamentalmente, para o futuro de nossa agricultura, continue migrando aos principais centros urbanos paranaense, à procura de melhores condições de vida, incluindo moradia, saúde, alimentação, educação, transportes e lazer (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p.16).

Neste sentido, o novo programa de habitação presente no espaço rural “[...] visa atender a todos os segmentos que dependem deste tipo de mão de obra. Portanto, além do interesse do serviço braçal, temporário, as indústrias, cooperativas e os proprietários rurais deverão participar na implantação das Vilas Rurais, pois isto garantirá a disponibilidade de mão-de-obra” (GOVERNO DO PARANÁ, 1995, p. 27).

[...] o programa beneficia o campo e a cidade, pois vai evitar o êxodo rural e a favelização dos centros urbanos.[...] as vilas rurais vão significar a melhoria da qualidade de vida para um milhão de paranaenses [...] o programa não envolve apenas os futuros moradores das vilas, mas toda a população dos distritos rurais, que vai usufruir o reforço que daremos às estruturas de saúde, educação e lazer (FOLHA DE LONDRINA, 2002, 31 de maio, p. 07).

Para o governo estadual, a Vila Rural representava um exemplo de assentamento. Assim o defendia: “o Paraná realiza o maior programa de assentamento rural do País. Além da propriedade da terra, é preciso criar mecanismos que segurem o homem no campo e ofereçam alternativas para que o trabalho e o sustento venham da própria terra” (BEM MORAR, 1997, p. 3).

A partir do conceito revelado, o governo não estava preocupado em discutir políticas de reforma agrária e, sim, criar um ‘modelo’ de ‘assentamento’, com recursos do Banco Mundial (*Bird*) e tesouro do Estado.

Para a propagação do programa utilizou-se de meios de comunicação e assegurou que as “Vilas Rurais são um caminho que mostra um exemplo de reforma agrária viável”.

Por conta do exposto, e da metodologia operacional, os próprios organizadores e a mídia disseminaram como programa de reforma agrária. Tais afirmações desencadearam muitas discussões e inquietações nos meios acadêmicos, visto que, a questão da reforma agrária é muito complexa. Vista da forma como se apresentava sob o ponto de vista do Estado, evidenciava ingenuidade e desconhecimento da questão agrária do país.

Porém, as Vilas Rurais surgem como um novo ator no espaço rural (Foto 1), e se tornou também alvo de muitas críticas e discussões acerca da sua classificação, se rural ou urbana.

FOTO 1 - Representação de um modelo de Vila Rural.



Fonte: Revista Bem Morar, 1997.

De acordo com a Lei 5.868 de 12 de dezembro de 1972, Artigo. 6º, para fins de incidência do Imposto Territorial Rural, a que se refere o Art. 29 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 “considera-se imóvel rural aquele que se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial e que tiver área superior a um ha” (CORRÊA, *et al*, 2001, p. 43).

O objetivo da referida Lei é evitar que se prolifere os minifúndios uma vez que são consideradas propriedades improdutivas, em razão de seu baixo rendimento econômico. Neste sentido, as Vilas não podem ser consideradas propriedades rurais visto que a área destinada é de 5 mil m² (meio hectare).

Neste sentido, pelas entrevistas e documentos, a concepção rural ou urbana depende de cada município aonde estão fixadas as Vilas, sendo que algumas efetivamente são rurais de acordo com sua localização geográfica, enquanto que outras possuem registros de Lei de Urbanização, portanto pagam o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU e são registradas como imóveis urbanos.

Segundo Ponte (2002), a presença da instituição de habitação urbana COHAPAR descaracteriza as Vilas Rurais como uma categoria rural.

Podemos questionar se o programa é uma Vila Rural ou uma Vila Urbana camuflada de alguns elementos rurais [...].

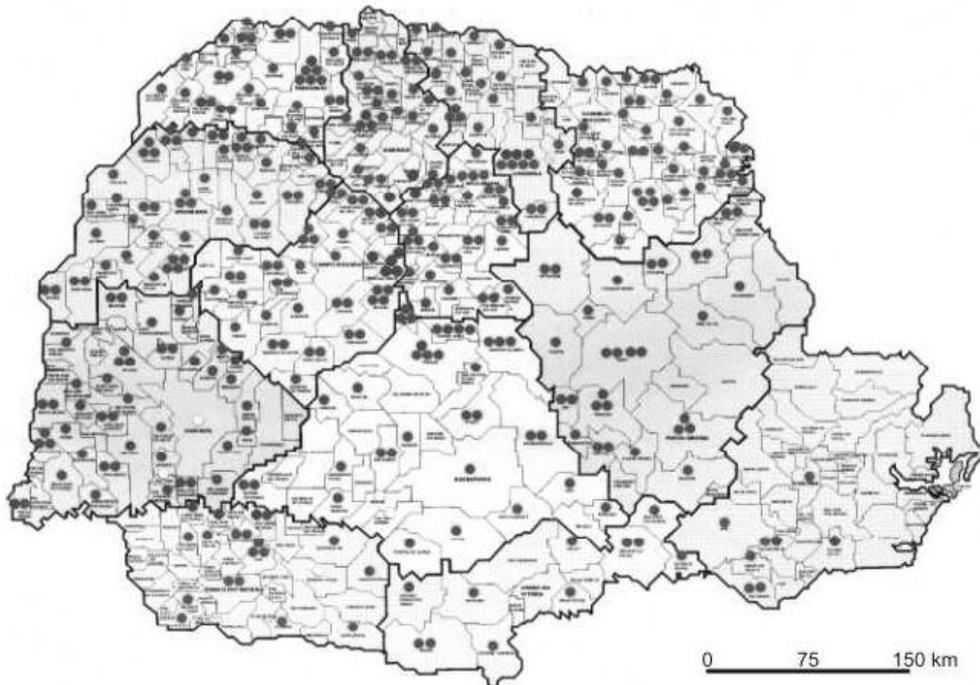
Outro elemento que coloca em cheque o caráter rural do Programa está relacionado às discussões, ainda sem definição, a respeito da forma de imposto, pois, como a Vila tem apenas ½ hectare, o INCRA não considera como terra rural, mas urbana. (PONTE, 2002, p. 210).

Assim, nem mesmo a Constituição Federal define o que seja área rural ou urbana, fato que causa polêmica acerca das concepções teóricas.

Com o progresso tecnológico no campo, surgiram novas categorias de atividades e relações de produção ocasionando o crescimento expressivo das cidades. Esse crescimento se estendeu para as áreas rurais, provocando uma nova dinâmica no meio rural, por atividades agrícolas e não agrícola o que Graziano da Silva denomina de 'Novo Rural'. Neste sentido, as transformações nas áreas rurais não podem ser dissociadas do urbano. Em meio às mudanças de significados do rural, dissemina por todo território paranaense as Vilas Rurais, firmando-se como um novo ator no cenário rural.

Análise socioespacial das Vilas Rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão

O estado do Paraná encontra-se ocupado com 405 Vilas Rurais (figura 1), contemplando 15.609 famílias, especialmente nas regiões em que o processo tecnológico na agricultura foi mais intenso. No caso da microrregião geográfica de Campo Mourão são distribuídas 28 Vilas Rurais em uma área de 7.724.210,86 m², atendendo 1067 famílias.



Distribuição Espacial das Vilas Rurais no Estado do Paraná ●

Dentre as Vilas Rurais que integram a área pesquisada, há aquelas que se destacam por apresentar melhor estrutura, o que possibilitou a edificação de um índice sintético do nível nesse quesito. Isto ficou comprovado em razão dos recursos oferecidos, indispensáveis para atender as necessidades básicas dos moradores, como: energia elétrica, telefone público, transporte escolar e coletivo, iluminação pública, sistema de irrigação, escola, água tratada, salão social e posto de saúde.

Em razão da variedade desses recursos, bem como a heterogeneidade deles, houve a necessidade de se criar um meio para pontuar cada um. Partimos do princípio de que os pontos seriam a melhor forma de interpretação e deveriam ser, em grau de importância, ao atendimento das necessidades básicas. Assim, adotamos como parâmetro 10 pontos para as Vilas que contemplavam os seguintes recursos: energia elétrica, telefone público, transporte escolar, iluminação pública, água encanada/tratada. Quanto ao sistema de irrigação, posto de saúde, escola, transporte coletivo e salão social, determinou-se 5 pontos. A designação deste último pode ser explicada por diversos fatores. Com relação ao posto de saúde verificamos que somente uma Vila o possuía, do mesmo modo ocorreu com as escolas.

A maior parte das Vilas encontra-se próxima aos núcleos urbanos, isto ocorre no intuito de minimizar gastos com infraestrutura. Porém, as Vilas mais distantes dependem da locomoção para acesso dos recursos da cidade. Contudo, averiguamos que em alguns casos a população utiliza-se dos transportes escolares para seu deslocamento.

Em algumas Vilas, em especial na 2d localizada no município de Barbosa Ferraz, as pessoas encontram-se com dificuldades para se locomoverem. São coibidas de utilizarem o ônibus escolar e a administração pública não disponibiliza outro meio, ou seja, não há linha de ônibus coletivo e mesmo que houvesse as condições financeiras dos assentados pode ser considerada extremamente crítica. Dentre as Vilas pesquisadas esta é a que apresenta maior isolamento e descaso público.

Conferiu-se que as Vilas 3a do município de Campo Mourão; 5a de Engenheiro Beltrão, e 8a e 8c do município de Iretama apresentam 100% dos recursos necessários ao atendimento básico dos moradores. Em contrapartida, as Vilas 1b de Araruna; 7a de Fênix e 13b de Roncador oferecem apenas 45% dos recursos necessários ao desenvolvimento social e econômico.

A organização e mobilização dos vileiros, por meio de associação comunitária forte e participativa, parecem ser o caminho mais viável para o rompimento dessa condição de isolamento e descaso do poder público municipal e estadual.

As Vilas que se localizam na porção sudeste da microrregião são constituídas de famílias numerosas, com predominância de 5 pessoas; do mesmo modo, a Vila Rural 1b de Araruna. Das Vilas pesquisadas, dezessete possui média de quatro pessoas por família, e somente três contam com uma média de três pessoas.

De acordo com os dados do IBGE (contagem de 1996), a média registrada no meio rural paranaense é de 3,96 pessoas por família e constatamos que 46% das Vilas investigadas possuem essa média. Para o conjunto das 28 Vilas, a média de 4.17 pessoas por família, ficando acima da média rural paranaense.

Quanto à faixa etária da população das Vilas na distribuição familiar, os números indicam maior concentração populacional na faixa etária de 41 a 50 anos. Quanto ao número de filhos a maior concentração está na faixa de 10 a 17 anos.

Outro fato que despertou nossa atenção foi o baixo índice de vileiros acima de 51 anos. Tal ocorrência se deve, em parte, aos padrões de exigência para a seleção dos

beneficiários, pois segundo alguns critérios, as famílias deveriam ser numerosas e com pessoas entre 21 a 55 anos de idade.

A COHAPAR, instituição responsável pelas habitações assegurou que nada a impedia de atender pessoas acima de 55 anos ou mais. Contudo, compreendia que isso implicava, na ocasião, em pagar um financiamento de custo mais elevado. Nas condições de miséria em que grande parte dessa população vivia um financiamento mais caro, já é um fator de exclusão.

Temos que se ressaltar que essas famílias estão contribuindo para dinamizar o cenário rural regional. Outro ponto que se deve destacar é a sua procedência que contribui para firmar a identidade de cada Vila.

Na medida em que se analisamos o conjunto das Vilas verificamos ainda que 69,8% originam-se das microrregiões paranaenses. Dentre os entrevistados 14,1% são procedentes do estado de Minas Gerais; 6,1% de São Paulo; 9,9% dos demais estados da federação. O que nos chamou a atenção na pesquisa foi o resultado das Vilas de Barbosa Ferraz, especialmente a 2c, em que a presença dos mineiros é superior ao dos paranaenses. A explicação mais plausível que se encontra está relacionada à forma de ocupação da propriedade agrícola da região e a atração exercida pela cafeicultura.

Dentre as procedências dos moradores das Vilas Rurais da microrregião o predomínio é da própria microrregião, com registro de 58%, originários do próprio município ou de municípios vizinhos, embora os municípios nela localizados apresentassem pouca capacidade de absorção, e uma economia pouco dinâmica em termos de geração de emprego e renda. Notamos que parte da população se manteve à espera de fixar-se na mesma microrregião, considerando que por essa ser essencialmente agrícola oferecia maiores probabilidades de emprego temporário no meio rural.

Quanto à renda *per capita* mensal dos moradores das Vilas Rurais da microrregião de Campo Mourão, é extremamente baixa, sobretudo, nas Vilas 8a do município de Iretama; 9b de Luiziana e 13a e 13b do município de Roncador. A renda dos vileiros é inferior a 60 reais. Assim, parte da renda enquadrados dentro dos cálculos realizados pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, que asseguram que “29,3 % da população brasileira tem renda mensal inferior a 80,00 reais *per capita*”. Esses dados, comparados com os obtidos nas Vilas, revelam que muito dos

moradores encontram-se em situação de extrema pobreza, apresentando uma renda insuficiente para atender as necessidades básicas alimentares.

Outro fato que chama a atenção decorre das Vilas 2a, 2b e 2c do município de Barbosa Ferraz, e da Vila 4a de Corumbataí do Sul, que registraram renda entre 90 e 150 reais. Esses valores, se comparados com os valores do conjunto das Vilas da região, são mais satisfatórios.

As Vilas 5a e 5b de Engenheiro Beltrão; 14a de Terra Boa; 1c de Araruna e 9a de Luiziana; se destacam em razão das agroindústrias, empresas rurais, de facção, dentre outras, que se encontram localizadas próximas a elas, e parte dos vileiros, são funcionários. O exemplo tem-se o município de Engenheiro Beltrão que possui uma usina de Álcool, em que parte dos moradores das duas Vilas trabalha. A estratégia do governo era priorizar os municípios que contemplavam a agroindústria, este município pertencia à escala de primeira prioridade, ou seja, deveria ser atendido com o programa. Assim notamos que, de certa forma, para o projeto obter êxito, é necessário que seus habitantes estejam vinculados às agroindústrias.

Cabe considerar que o projeto não suaviza a pobreza dessas pessoas, visto que a renda é extremamente baixa e a sobra torna-se insuficiente para gastos domésticos e/ou investimentos nos lotes. Neste sentido, Graziano da Silva (1999) garante que há limitações com relação ao desenvolvimento econômico das Vilas, uma vez que a parcela da unidade de produção não garante o aumento da renda tanto das atividades agrícolas como nas atividades não agrícolas.

Discorrendo sobre a redução da pobreza, Albuquerque e Rocha (2004) afirmam que:

A redução da pobreza extrema envolve um conjunto articulado e consiste de ações focalizadas cujo objetivo-fim é capacitar as pessoas mais pobres a assegurar – mediante esforço próprio e, principalmente, através de ocupação produtiva geradora de renda suficiente – a inclusão econômica, social e política. (ALBUQUERQUE; ROCHA, 2004, p. 75).

Mediante as considerações dos autores avaliamos que não basta aumentar a área das unidades de produção, é preciso criar meios que possam incluí-los ao desenvolvimento, por meio de trabalho, escolarização, acesso ao lazer e à cultura. Somente com esse propósito será possível garantir a sustentabilidade do projeto e resgatar a dignidade dessas pessoas.

Com relação à situação dos domicílios observamos que dentre as Vilas apenas a 8b do município de Iretama apresenta domicílio com dois cômodos. Notamos uma relação inversa com as Vilas 14b de Terra Boa; 1b e 1c, de Araruna e 10a de Mamborê se enquadram em domicílios com cinco ou mais cômodos. Embora essa mudança na infraestrutura pareça mais adequada, muitas casas mantiveram a mesma proporção de 44m², apenas os cômodos foram divididos. Ainda com relação aos domicílios, averiguamos que 33% dos vileiros já realizaram benfeitorias. Em particular as Vilas 1b e 1c de Araruna, em que 70% dos entrevistados já aumentaram suas residências.

Importante destacar que há, na região, diferenças quanto ao número de Vilas e de habitações por município. Dentre elas, destaca-se a 8a de Iretama que contém 80 habitações; a 1b do município de Araruna com apenas 12 habitações, número extremamente baixo se comparado com a média da região que é de 38 unidades por município.

As razões de alguns municípios contarem com um número expressivo de Vilas e maior quantidade de habitações são justificadas pelos órgãos governamentais envolvidos com o Programa Paraná 12 meses. De acordo com documentos desses órgãos os benefícios contemplavam especialmente os municípios que possuíam expressivo número de trabalhadores rurais. Entretanto, constatamos que a quantidade de Vilas Rurais não é compatível com o número de trabalhadores rurais.

Para promover o desenvolvimento e melhoria na renda das famílias, deve-se também considerar o investimento em educação. A análise dos dados revela baixa escolaridade entre os habitantes das Vilas. Essa situação é mais crítica entre os chefes de famílias, que se apresenta alta concentração de analfabetos. Notamos que o grau de escolaridade concluído concentra maior índice nas séries iniciais do Ensino Fundamental e poucos registros de ensino superior.

Segundo Graziano da Silva (2001) a educação é um dos três instrumentos fundamentais de apoio às políticas de desenvolvimento rural. O autor assegura que:

Uma das formas de viabilizar a diversificação das atividades econômicas no meio rural é investir no ensino básico e profissionalizante para os jovens. Face às dificuldades crescentes de oferta de emprego no meio urbano, a capacidade profissional em atividades não-agrícolas dos jovens rurais pode-se constituir em alternativa viável para mantê-los no campo, desenvolvendo atividades inovadoras no seu próprio meio. (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p. 19).

Sem dúvida, os sujeitos com maior grau de escolaridade terão mais garantia de trabalho e, conseqüentemente, aumento da renda. Entretanto, sabe-se que o projeto Vila Rural não é uma política de desenvolvimento rural para o estado do Paraná, pois os atores sociais envolvidos fazem parte desse cenário rural e não podem ficar alheios a este processo.

Do ponto de vista do uso da terra, as atividades principais se caracterizam pela produção agrícola, contemplando algumas peculiaridades quanto ao predomínio de determinados cultivos em algumas das Vilas. As especificidades de cada município, associadas às condições naturais (solo, relevo e clima), permitem uma exploração diversificada de culturas. Essas características se confirmam quando se analisa a produção agrícola. Há uma heterogeneidade de culturas entre elas, destacam-se as culturas de subsistência.

Cabe aqui fazer referência à cultura do milho, que se mantém como umas das principais nas Vilas Rurais com um percentual de 28.8 %. Isso se explica pela facilidade de seu cultivo e também pela presença de criação de suínos e aves. Já o feijão é o segundo produto mais importante, este é arraigado no consumo familiar, registrando 19.5%. Ao contrário do milho uma cultura que necessita de maior cuidado, pois é fortemente suscetível a intempéries. A cultura do café ocupa o terceiro lugar dentre os produtos cultivados, com uma percentagem de 15,9%. O destaque se deve em razão do fácil manejo associado à prática do café adensado. Dentre os vileiros, há quem diga que essa cultura proporciona maior lucro e complemento de renda.

As particularidades existentes entre as Vilas também chamam atenção. Observamos que as Vilas incorporadas ao município de Iretama apresentam características que residem na estreita relação com a produção local. Em outras palavras, por localizarem-se em áreas de terrenos movimentados, constituídos de pequenas propriedades de subsistência, há predomínio das culturas de milho, feijão, arroz. Nesta porção da região o processo de produção e reprodução do capital não se consolidou, sobretudo com as culturas modernas, soja e trigo. Essas peculiaridades influenciam no perfil da produção.

Outra questão que se deve destacar é que as culturas nas Vilas também estão associadas à trajetória de vida dos vileiros. Parte desses são atores dos movimentos migratórios que se engendraram, especialmente no período áureo da cafeicultura.

Porém, com o declínio, parte migrou para as microrregiões em busca de trabalho, e trouxe consigo a aptidão com a cultura cafeeira.

Esses reflexos indicam que a cultura cafeeira está presente em quase todas as Vilas. A sua ocorrência é maior nas dos municípios de Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Terra Boa, Engenheiro Beltrão e Peabirú. Nestes, o café era uma constante. Nos dois primeiros municípios, pode estar relacionado aos aspectos naturais, isto é, terrenos movimentados inviabilizarem a mecanização. Já os três últimos encontram-se associados aos fatores históricos de colonização, especialmente o município de Terra Boa, que foi colonizado pela Companhia de Melhoramento Norte do Paraná. Esta adotou medidas sincronizadas, ou seja, a venda dos lotes associada à alternativa de uma atividade econômica: a cafeicultura.

Outra particularidade peculiar está na Vila Rural do município de Farol, entre os oito lotes pesquisados, três produzem a cultura de algodão. Um número expressivo e, conforme os depoimentos dos vileiros, a escolha dessa cultura está relacionada ao preço e a aptidão com a cultura na região, sobretudo, mais ao sudoeste em que a presença da cotonicultura era uma constante.

Assim, as culturas predominantes produzidas nas Vilas são de pequena escala. No entanto, a cultura capitalista da soja, apesar de ser uma cultura típica de grandes propriedades, desenvolvida com elevado nível de mecanização, apresenta-se cultivada em nove lotes; fato incabível, tendo em vista o tamanho dessas unidades de produção.

Esta passou ser atrativa na medida em que se expandia o valor de mercado e com melhor oportunidade de comercialização. Além disso, acreditam que não há necessidade de trabalhar a terra por muito tempo. A presença da soja, nesse caso, também está associada às particularidades da região, ou seja, ser uma das mais importantes produtoras de grãos (soja/trigo) do Paraná.

Cabe destacar, igualmente, a cultura da mandioca, que esteve presente em quase todas as Vilas Rurais, ou seja, em 72 unidades de produção aderiram o seu cultivo para comercialização, destinado à fabricação de farinha. Esta prática, embora comum em quase todas as Vilas, não foi recomendado pelos técnicos, haja vista tratar-se de uma cultura que contribui para o processo de erosão.

A degradação ambiental nas Vilas Rurais encontra-se vinculada às práticas de algumas culturas, que necessitam da utilização de mecanização (máquinas e por tração

animal), sem o mínimo de cuidado com o solo. As práticas de conservação do solo como, por exemplo, as curvas de nível são inexistentes. O estudo possibilitou detectar também o registro de 14 lotes improdutivos. As justificativas estão centradas na falta de recursos para corrigir o solo, sendo este oneroso, o que inviabiliza a produção.

Constatamos que uma das alternativas para geração de renda das famílias é a fruticultura. Dentre as principais frutas cultivadas, a laranja é a principal das 16 espécies, e está presente em todas as Vilas, embora destinada somente para o consumo. Dentre as frutas cultivadas somente o maracujá é comercializado.

Além das culturas agrícolas que ocupam posição de destaque nas Vilas, há que se destacar a criação de animais, mesmo sendo atividades secundárias e, na maioria dos casos, exerce parte da função alimentar. O gado leiteiro, inicialmente utilizado para suprir as necessidades da família, passou a representar uma alternativa para a geração de renda, mas conforme os vileiros são muitas as dificuldades para alimentar o efetivo, pois a unidade de produção não tem espaço suficiente para pastagens. Mesmo assim, garantem que é uma das melhores alternativas encontradas para sobrevivência.

A criação de aves é comum em todas as Vilas. Isso pode estar associado ao pequeno investimento para a criação de aves. Já a criação de suínos é pouco expressiva nas Vilas Rurais, em razão dos cuidados com a higiene, o que dificulta e torna cara a sua produção.

De acordo com a pesquisa, 47% das unidades de produção são exploradas economicamente. Constatamos, do mesmo modo, uma diversidade: entre as 28 Vilas pesquisadas; em onze registrou um índice acima de 60% de vileiros que comercializam o excedente; apenas as Vilas 12b de Quinta do Sol e a 8a de Iretama, não comercializam seus produtos, sendo estes destinados somente à família e também para o abastecimento alimentar dos animais, especialmente para as aves.

Quanto à comercialização, esta fica restrita ao comércio local, especialmente as feiras e supermercados. Somente alguns lotes comercializam com determinadas agroindústrias.

Assim sendo, ressalva-se que a região proporciona um mercado difícil e não há mercado para determinados produtos, para os quais foram orientados, como exemplo, o cultivo de maracujá. Verificamos que vários são os lotes ocupados com essa cultura, porém a maior parte dos vileiros alega que não conseguem comercializá-lo.

Outra dificuldade está relacionada ao armazenamento adequado da produção. Estes precisam de infraestrutura mínima como paiol, para que a produção possa permanecer em bom estado de conservação até a sua comercialização. Dos 219 entrevistados, 53% defendem que o paiol construído no início do projeto é adequado, embora boa parte reclame do tamanho, especialmente onde o paiol é dividido entre duas famílias. De todas as Vilas pesquisadas somente a Vila Rural 2c, de Barbosa Ferraz, foi unânime na satisfação com o armazenamento da produção. As reclamações ficaram mais centradas nas Vilas 8d de Iretama e 14b de Terra Boa.

Com base nos depoimentos dos vileiros e em outras pesquisas anteriormente realizadas, constatamos também que não há uma sincronização com relação à forma de organização e produção. Uma das características marcantes é o sistema de produção individual que domina quase todas as Vilas; apenas uma ínfima parcela busca alternativas de trabalho coletivo. Esta prática não foi bem sucedida por conta das tentativas que não deram certo.

No decorrer da pesquisa buscamos também investigar as expectativas desses atores quanto ao Projeto Vila Rurais, e entre as opiniões divergiram muito. Dos 219 pesquisados, 38,8% responderam que esperam que melhorem as condições de infraestrutura. Dentre os diversos recursos necessários ao atendimento de suas necessidades básicas, a comunicação foi a mais almejada especialmente nas Vilas que se localizam retiradas dos núcleos urbanos. Outra expectativa é a geração de emprego, visto que há uma carência significativa de emprego e isto compromete não só os investimentos na unidade de produção, mas, sobretudo a sua condição de sobrevivência.

Os vileiros acreditam que a viabilização do Projeto depende de incentivos do governo, especialmente financiamentos. Neste sentido, constatamos que houve uma tentativa de estratégias de ação por parte deles, sobretudo nas Vilas 5a e 5b de Engenheiro Beltrão, e 7a de Fênix. Nestas alguns grupos, se organizaram para viabilizar projetos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para desenvolvimento da produção. Contudo, nenhuma obteve êxito e as razões estão relacionadas à falta de articulação dos vileiros com a produção, comercialização, bem como a falta de uma organização coletiva.

Considerações finais

Os problemas no meio rural brasileiro são resultantes da articulação do sistema Estado e do capital, a começar pelo processo desencadeado pela implantação de inovações tecnológicas que permearam o setor agrícola. Sua aplicação, aliada à falta de infraestrutura condizente com a realidade do trabalhador rural, tornou-a um dos principais sustentáculos das questões sociais. Portanto, esses acontecimentos que repercutem no presente, nada mais são do que preceitos engajados de um passado recente, que transformou o homem do campo num exército de reserva de mão de obra, concentrado ou não, onde um dos modelos culminou para o aparecimento das Vilas Rurais.

O Estado se preocupou com alguns segmentos econômicos; o mesmo deveria ter acontecido com os trabalhadores do campo, ou seja, deveria ter realizado políticas públicas que atenuassem o êxodo rural, conseqüentemente suas mazelas como a violência, a fome, a miséria, entre outros. Desse modo, não basta promover políticas compensatórias, mas sim, políticas de ações voltadas para inclusão dessas pessoas.

Referências

- ANDRADE, Áurea A. Viana de. **Vilas rurais da microrregião de Campo Mourão**. 2005 Dissertação (Mestrado em geografia). UEM, Maringá, 2005.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ALBUQUERQUE, R. C.de; VELLOSO, J.P. dos R. (Org). **A nova geografia da fome e da pobreza**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 10 ed. Campinas: Papyrus, 1988.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política – território, escalas de ação e instituições**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- CORRÊA, J.M; CORRÊA, W.K; GERARDI, L. H. de O. **A problemática da definição e da delimitação do espaço rural e urbano – mudanças no espaço rural e práticas institucionais: a exemplo da ilha de Santa Catarina**. In: AGETEO - Associação de Geografia Teórica, Rio Claro,v. 26, n.1, p. 37-58, abr/2001.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - **Censo agropecuário -Paraná: 1970, 1980, 1996**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970 -1996.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GRAZIANO DA SILVA J. & BIANCHINI, J. M. e. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento rural**. Brasília: Ministério Para o Desenvolvimento Agrário, 2001.

GUIMARÃES, A. A. MELAZZO, E.S., GUIMARÃES, R.B; MAGALDI, S.B. **A Propósito do debate sobre exclusão social**: aportes teóricos, escala local e indicadores sociais. João Pessoa: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – **Caracterização e tendência da rede urbana do Brasil**: redes urbanas regionais: Sul/IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – **Avaliação da atividade vilas rurais** – síntese regional e macrorregional. Curitiba: IPARDES, 2000.

KLEINKE, M. DE L; DESCHAMPS M. V.; MOURA, R. Movimentos migratório do Paraná (1986-91 e 1991-96): origens distintas e destinos convergentes. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento/IPARDES**, Curitiba, n. 82, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MORO, Dalton Áureo; ALEGRE, Marcos. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. In: **Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá**, Maringá, a. 84, n.1, 1986.

MORO, Dalton Áureo. **A Modernização da agricultura**. In: VILLALOBOS, J. G. (Org). **Geografia social e agricultura no Paraná**. Maringá: Programa de Pós-Graduação em Geografia /UEM, 2001.

Paraná - Governo do Estado do Paraná. **Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural -subprograma**: vilas rurais. Curitiba,1995.

Paraná - Governo do Estado do Paraná. Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Bem Morar**, Curitiba, mar/1997.

Paraná - Governo do Estado do Paraná. Secretaria Especial da Política Habitacional. Companhia de Habitação do Paraná. **Programas habitacionais do Governo do Paraná** - um registro histórico nas páginas da imprensa, Curitiba, dez/2002.

PONTE, Karina Furini da. Reflexões sobre o Programa Vila Rural a partir de algumas idéias propostas por Ignácio Rangel. In: **Revista do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina**, Londrina, v. 11, n. 2, jul/dez/2002.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 4 ed. São Paulo: Graal, 2000.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

Romero, J. In: STÉDILE, João Pedro. **A Questão agrária hoje**. 3 ed. Porto Alegre: UFGS, 2002.

SANTOS, Milton. **Território e sociedade**: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Recebido em 30/10/2011 Aceito para publicação em 30/04/2012.
